A25 REFERENCIAL

RUA LUÍS DE CAMÕES, 47
2795 LINDA-VELHA — TELEF. 419 81 05/30

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

AVENÇA • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA • N.º 17/OUTUBRO A DEZEMBRO 89/ANO 5

EDITORIAL

É habitual, no final de cada ano fazer-se um balanço do que se passou de mais importante nesse período de tempo. Há pouco mais de um ano também o tínhamos feito nestas colunas e não resistimos à tentação de o repetir de novo.

E vamos começar desta vez pela situação interna da A25A.

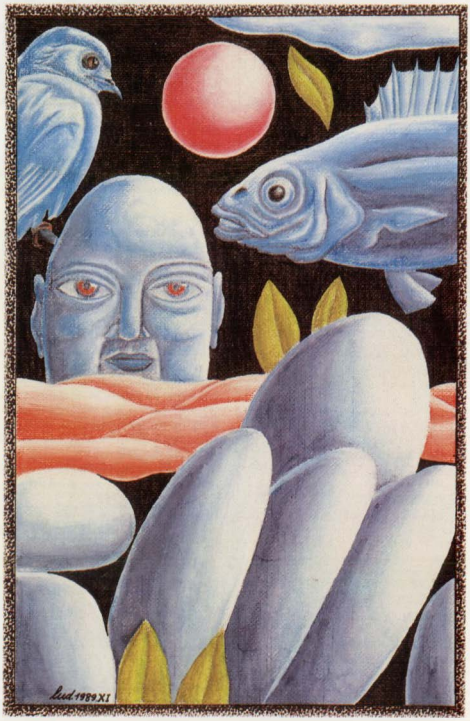
Alcançado finalmente o acordo da Câmara de Lisboa para a cedência de um terreno destinado à construção da sede da Associação, cujo projecto será da autoria do arquitecto Siza Vieira, será em breve necessária uma enorme mobilização de todos os nossos associados para a recolha de fundos com tal finalidade.

Também é indispensável terminar a iniciada revisão dos Estatutos e Regulamento Interno da A25A, que após três sessões da Assembleia Geral convocada para esse fim, avança lenta mas seguramente naquilo que parece vir a ser uma abertura da Associação a todos os seus associados, sócios e apoiantes, em igualdade de direitos e de deveres, mas em que os actuais sócios efectivos que participam activamente no dia a dia da Associação, podem, se o quiserem, continuar a marcar com a sua presença e a sua actuação a A25A.

De recordar ainda neste ano de 1989 o esforço realizado com as comemorações do XV Aniversário do 25 de Abril, só possível com a colaboração de inúmeras entidades externas à Associação, mas que com ela fácil e naturalmente se identificaram nas diversas iniciativas comuns realizadas.

Este final de ano ficou marcado a nível nacional por aquilo que já não se acreditava ser possível em Portugal: o assassinato por motivações políticas de um dirigente de um partido de esquerda. Perpetrado por simpatizantes de organizações fascistas e racistas, que recorrem à violência, à falta de outros argumentos, para defenderem valores condenados pela enorme maioria do povo português.

(Continua na pág. 2)



SUMÁRIO

Editorial 1

Evocando a nossa história, de Barbosa Pereira 3

Sem comentários 4

Assembleia geral 5

Convites recebidos 5

Relatório anual da Direcção - 1988 6

Parecer do Conselho Fiscal relativo à gestão realizada pela Direcção da A25A durante o ano de 1988 10

Ofertas de livros à A25A 10

Vamos aprender Bridge! (7) 11

Documentos
O Círculo de Trabalho «Darmstädter Signal» 12

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
João Caiado Gago Falcão de Campos

FOTOCOMPOSIÇÃO:
Texto e Linha

IMPRESSÃO:
IAG-Artes Gráficas, Lda.
Rua da Atalaia, 114
1200 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
5000 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DELEGAÇÃO DO NORTE:
Apartado 678
4012 PORTO

DELEGAÇÃO DO CENTRO:
Apartado 3041
3000 Coimbra

NÚCLEO DO ALENTEJO:
Rua Bernardo Santares n.º 2
Bairro das Nogueiras
7000 Évora

Depósito Legal N.º 32998/89

EDITORIAL

(Continuação da primeira página)

E mais chocados ficamos ao saber que muitos deles são jovens que ainda não frequentavam a escola em 25 de Abril de 1974. Que fez essa escola para os esclarecer sobre um passado de 48 anos de ditadura e 13 de guerras coloniais? Pelos vistos essa ausência de esclarecimento leva-os a um saudosismo gratuito por aquilo que nem conheceram e ao recurso à violência como forma de afirmação numa sociedade cada vez mais egoísta e competitiva em excesso. Que este crime sirva de alerta para os que, dizendo-se democratas, afirmam já não ser necessário comemorar o 25 de Abril. Talvez por este lhes recordar um passado de que afinal não tinham tanta razão de queixa como isso!

No capítulo da paz e das relações internacionais é inegável uma sensível melhoria nas relações entre as duas grandes potências, que arrasta consigo um inevitável melhor relacionamento entre os dois blocos. E se mais não se avança neste campo, em grande parte se deve às inércias das mentalidades e aos interesses de quem mais lucra com o fabrico de armas e a existência de forças armadas muitas vezes superiores em recursos às que seriam necessárias para fins puramente defensivos.

A evolução recentemente verificada na quase totalidade dos países socialistas é em grande parte uma consequência da sentida necessidade de reduzir o excessivo esforço atribuído à defesa desses países, com o evidente sacrifício de outras necessidades bem mais palpáveis e bem mais do interesse directo das populações. Tanto mais que o turismo e os meios de comunicação cada vez mais universais tornam difícil a manutenção de padrões espartanos de consumo.

O início da resolução de alguns conflitos regionais, a que nos referimos em 1988, já era um sintoma da diminuição da componente externa do esforço bélico de alguns países.

A Namíbia vai finalmente ser um país independente, após um processo quase exemplar, que deve ser considerado como um exito da acção das Nações Unidas, não esquecendo a grande importância que tiveram a luta e os sacrifícios do seu povo para alcançar o direito de conduzir o seu próprio destino. Simultaneamente, com o afastamento da interferência sul-africana do território de Angola, torna-se mais viável alcançar a paz neste país, que dela tanto necessita para se desenvolver e progredir.

Mas nem sempre a evolução dos conflitos regionais foi positiva. Se das guerras no Afeganistão e entre o Irão e o Iraque, pouco ou nada se fala actualmente, em grande parte pela verificada inutilidade da continuação de conflitos sem solução militar, sendo lícito perguntar para que serviram tantas destruições e massacres, outros conflitos permanecem actuais e a sua solução afigura-se difícil. É o caso dos problemas do Líbano, periodicamente sujeito a convulsões, e o do direito à pátria palestiniana, ambos fortemente condicionados pelas posições intransigentes de Israel. Possivelmente só serão resolvidos quando chegarem à conclusão que o ciclo infernal da repressão exercida sobre os outros gera em si a repressão sobre si mesmo.

Também as esperanças levantadas pelos acordos alcançados entre os governos centro-americanos têm sido defraudadas pela crua realidade dos combates, reflexo das enormes injustiças sociais existentes em toda a América Latina, e que são um rastilho permanente para o reacender de conflitos, muitas vezes atribuídos a pretensas influências da rivalidade entre os blocos. O que cada vez menos pode ser invocado.

Fazemos votos para que 1990 seja um ano em que muitos destes focos de instabilidade se atenuem e em que a Humanidade fique mais perto de uma situação de Paz generalizada porque há tanto tempo anseia.

E que não fique esquecido o problema de Timor!

ASSEMBLEIA GERAL MARCADA PARA 13 DE JANEIRO DE 1990, ÀS 14.00 HORAS NO ESPAÇO «CESL», RUA ALMIRANTE BARROSO, N.º 3 (À ESTEFÂNIA) LISBOA

Na capa: Reprodução de um quadro oferecido à Associação 25 de Abril pelo pintor LUD.

EVOCANDO A NOSSA HISTÓRIA

EM 6 DE JANEIRO DE 1876 MORREU EM LISBOA BERNARDO SÁ NOGUEIRA, MARQUÊS SÁ DA BANDEIRA

Disse Alexandre Herculano: o país acaba de perder o português mais ilustre do nosso século.

Nasceu em Santarém a 26-9-1795. Assentou praça, como voluntário, aos 14 anos, no Regimento de Cavalaria N.º 11, sendo tenente aos 17 anos, em 1812, em plena Guerra Peninsular em que tomou parte, denotando bastante valor.

Em 13-3-1814 foi gravemente ferido e dado como morto num recontro em França (Vielle) sendo salvo pelos cuidados da população da aldeia, a quem ficou sempre grato. Porém nunca recuperou o ouvido esquerdo.

Em 1815 obteve licença para estudos, matriculando-se na Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho e frequentando estudos de Matemática.

Em 1818 matricula-se na Universidade de Coimbra, nos Cursos de Matemática e Filosofia. Adere à Revolução Liberal de 1820.

Em 1821, já como capitão, obteve licença para completar estudos na Universidade de Paris, onde beneficiou das lições do grande físico Gay - Lussac.

De regresso a Portugal, foi colocado como adido no Real Corpo de Engenheiros, tendo em 1825 obtido nova licença para estudos, desta vez na Inglaterra, onde permaneceu um ano, completando uma cultura excepcional.

Em 8-6-1832 participou no desembarque, no Mindelo, da expedição constitucional comandada por D. Pedro. Dada a gravidade da situação, com o cerco do Porto pelas tropas de D. Miguel, ele é nomeado em 27-7-1832 Governador Militar do Porto, tendo tomado a decisão de ocupar e fortificar o convento da Serra do Pilar e executar diversas fortificações em redor da cidade do Porto.

Em 8 de Setembro, no Alto da Bandeira, os liberais comandados pelo Major Sá Nogueira, repelem o ataque dos absolutistas, mas uma bala esmigalha o braço direito, que garrotado, não o impediu de continuar o combate até ao seu desfecho. Este comportamento valeu-lhe o cognome de Sá da Bandeira, que se tornou título nobiliárquico.

Amputado o braço, de pronto retoma as funções de Governador Militar da cidade invicta.

Quando teve a notícia de que as tropas miguelistas se preparavam para ocupar a Foz, em31-12-1832, D. Pedro decidiu antecipar-se e colocar uma bateria no monte da Senhora da Luz, o que já tinha sido aconselhado por Sá da Bandeira.

Entretanto este, em circunstâncias extremamente graves para a causa liberal, fora nomeado Ministro da Marinha e interino do Reino, cargos que exerceu até 29-3-1833. De pronto, tomou providências que melhoraram sensivelmente a situação militar e política. Demitiu o almirante Sartorius e substituiu-o no comando da esquadra liberal pelo almirante Napier, que reorganizou a esquadra, restabeleceu a disciplina e foi factor da vitória liberal no mar.

Entretanto, os combates continuavam em todo o contorno das linhas e, em vários deles, tomou Sá da Bandeira parte muito activa, especialmente no das Antas, em que foi ferido de novo.

Em 1835, nomeado par do reino, mostrou logo que a sua capacidade política não era inferior à que revelara como militar.

Ocupou cargos ministeriais em: 1835, 1836, 1838, 1846, 1856/57/58/59, 1860, 1865, 1868 e 1870. Várias vezes por rogo do monarca.

Em 1866 é criada a Comissão de Defesa de Lisboa para a qual foi nomeado seu primeiro Presidente.

Actos governativos mais notáveis:

— em 1836: plano para a efectiva ocupação e desenvolvimento dos nossos domínios ultramarinos;

— em 10-12-1836 e 17-1-1837: decretos que aboliram a escravatura nas colónias portuguesas, apesar da má vontade de outras potências;

— em 11-1-1837: Decreto que funda a Escola Politécnica;

— em 12-1-1837: Decreto que funda a Escola do Exército, destinada a melhorar a formação dos quadros, tanto para a guerra como para a paz, pois que «classe numerosa e espalhada pelo País pode servir de poderoso meio de civilização»;

— em 6-6-1856, quando Ministro da Marinha e das Obras Públicas, entrou em profunda divergência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em relação ao apresamento da barca francesa «Charles et George», que se entregava ao tráfico de escravos; Sá da Bandeira propunha uma recusa enérgica das reclamações do Governo francês e um procedimento rigoroso contra os negreiros;

— em 14-6-1856 decretou o fim do emprego das varadas como punição disciplinar no Exército;

— em 22-7-1868, após o movimento da «Janeirinha», volta ao governo onde promove a reforma dos serviços públicos com o fim de diminuir as despesas do Estado;

— em 9-7-1869, Sá da Bandeira demite-se com todos os ministros, ante a aprovação de duas moções de censura na Câmara dos Deputados; uma, por Rebelo da Silva, em que acusava o governo de faltar ao compromisso de assegurar o equilíbrio entre as receitas e as despesas; outra, do Conde de

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Sabugosa, que sensurava o governo por consentir a propaganda republicana federalista ibérica.

Mas, em 21-8-1870, comparece nos Paços da Ajuda, em apoio do rei D. Luís, no acto de demitir o Duque de Saldanha, que se comprometera em negociações com agentes espanhóis, para uma união das duas coroas peninsulares, com a candidatura de D. Fernando ao trono espanhol.

No ultramar muito se lhe deve, com a criação em Luanda de um museu, uma biblioteca e um jardim botânico e o mesmo em Lourenço Marques.

Em Angola e Moçambique promoveu o incremento da cultura do café, algodão, cana do açucar; estabeleceu a distribuição metódica de terras pelos colonos e reorganizou a administração.

A ocupação efectiva dos territórios motivou sérios litígios com a Inglaterra, mas Sá da Bandeira persistiu no seu plano, cuja realização consolidou definitivamente os direitos de Portugal. A administração colonial foi estabelecida segundo os novos princípios, que deram forte impulso ao desenvolvimento das nossas possessões ultramarinas.

Em 23-11-1851 criouse o novo Conselho Ultramarino, cuja presidência foi dada a Sá da Bandeira. Teve este Conselho grande influência na administração colonial e na defesa dos territórios contra cobiças estrangeiras. À sua iniciativa se ficou devendo o envio de missões científicas nacionais e estrangeiras, entre elas a de Welwitsch, em 1850, que estudou, recolheu e classificou, durante 7 anos, cerca de 3000 espécies botânicas de Angola.

Em 1885, Pinheiro Chagas, Ministro da Marinha e do Ultramar, deu o nome de Sá da Bandeira à vila, hoje cidade de Lubango, em Angola.

Pelos actos de bravura em campanha, foi denominado o «Bayard português», tais as semelhanças com o lendário cavaleiro francês do século XVI.

Foi comandante da Academia Militar, com intermitências, de 1851 a 1876.

O seu epitáfio, por ele deixado escrito, é um emocionante relato de serviços à Pátria, em que realça a sua acção como combatente em defesa da nossa Soberania e da Liberdade.

BARBOSA PEREIRA

(Este trabalho foi publicado recentemente no Boletim da Arma de Engenhnria)

SEM COMENTÁRIOS

Exma. Senhora
Secretária de Estado da Cultura
Av. da República, 16-8.º
1000 LISBOA

241-P.º 00.10 12 5 89

Em 1987 o director da Biblioteca Nacional, Manuel Vilaverde Cabral, recusou à Associação 25 de Abril o aluguer das instalações daquela Instituição Pública para a organização de dois colóquios inseridos nas comemorações do 13.º aniversário do 25 de Abril, subordinados aos temas «A crise na sociedade portuguesa nas vésperas do 25 de Abril de 1974» e «A Constituição da República, conteúdo e modernidade da democracia portuguesa, o permanente e o mutável».

Utilizou, então, o referido director da BN o argumento oficial de que o regulamento por si definido para a instituição que dirigia e dirige não permitia a cedência de instalações para a realização de actividades de conteúdo político.

Devemos aqui recordar que ao argumento oficial utilizado, juntou o senhor director a opinião pessoal de que «a Associação 25 de Abril tinha uma imagem de esquerda, portanto criticável e justificativa da não cedência das instalações». Não tendo o mesmo senhor conseguido acrescentar qualquer outra razão para justificar a discriminação evidente na atitude para com a Associação 25 de Abril, pois era notório que se tratava da primeira recusa para actividades semelhantes, tendo mesmo sido aí permitidas, na vigência do mesmo director, actividades dos Centros Republicanos e de Partidos Políticos. Afirmou, então, que tal se verificara antes da aprovação do regulamento que ele próprio elaborara para a Biblioteca Nacional.

Fomos agora surpreendidos com a informação, através da comunicação social, de que se realizou nas instalações da Biblioteca Nacional um colóquio subordinado ao tema «Salazar visto de hoje», com a participação activa na mesa que dirigiu os trabalhos do próprio director da Biblioteca Nacional, Manuel Vilaverde Cabral. Quis-nos, aliás, parecer, através das imagens divulgadas, que a presidência da sessão terá estado a cargo do próprio.

Confessamos não compreender bem o que se passou e passa com a Bibliioteca Nacional e o seu director.

Será que o tema «Salazar visto de hoje» é menos político que os temas «A crise na sociedade portuguesa nas vésperas do 25 de Abril de 1974» e «A Constituição da República, conteúdo e modernidade da democracia portuguesa, o permanente e o mutável»?

Será que a entidade organizadora deste debate tem melhor imagem, na opinião do director da BN, que a Associação 25 de Abril, podendo portanto à mesma serem cedidas instalações da BN?

Ou será que o regulamento da BN se alterou de modo a permitir aquilo que em 1987 o seu director entendeu não autorizar à Associação 25 de Abril?

Senhora Secretária de Estado

Perante os factos referidos, parece-nos evidente haver abuso de poder por parte do senhor Manuel Vilaverde Cabral.

Com efeito outra conclusão não podemos tirar das acções do mesmo aqui referidas.

É essa a razão que nos leva a protestar com veemência contra as atitudes do actual director da Biblioteca Nacional, Manuel Vilaverde Cabral, a considerá-lo indigno de continuar a exercer as Funções Públicas que vem desempenhando.

Perante os factos apontados, julgamos não restar a V. Ex.ª outra atitude que não seja a imediata e óbvia exoneração do detentor do cargo de director da BN.

Permita-me, Senhora Secretária de Estado que, em tempo razoável, possa divulgar esta carta.

Com os nossos melhores cumprimentos

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

Vasco Correia Lourenço

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Gabinete

Exmo. Senhor
Presidente da Associação
25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

Encarrega-me a Senhora Secretária de Estado da Cultura de acusar a recepção da carta de V. Ex.ª com o n.º 241 - P.º 00.10, de 12 de Maio findo.

Mais me encarrega a Senhora Secretária de Estado de informar V. Ex.ª que o aluguer do Anfiteatro da Biblioteca Nacional à Associação Académica da Universidade Lusíada para realização de uma mesa redonda intitulada «Salazar Visto de Hoje» por ocasião do Centenário do Nascimento daquele político, foi feito nos termos do regulamento de cedência das instalações, em vigor desde a promulgação da Lei Orgânica da Biblioteca Nacional.

Apresento a V. Ex.ª os melhores cumprimentos,

A CHEFE DO GABINETE

Manuela Franco

ASSEMBLEIA GERAL

Reunida de novo em 12 de Outubro e em 18 de Novembro, a Assembleia Geral ordinária de 1989 prosseguiu a discussão e a aprovação de alguns artigos dos Estatutos e do Regulamento Interno, já aprovados na generalidade na sessão de 22 de Junho.

Assim, encontram-se já aprovados os artigos 1.º a 15.º do Estatutos e o artigo 36.º do Regulamento Interno, tendo alguns desses artigos sido objecto de propostas de alterações durante a discussão dos mesmos pela Assembleia, o que é uma prova do empenhamento e do interesse que este importante assunto despertou nalguns dos nossos sócios. Os trabalhos prosseguem em próxima sessão marcada para 13 de Janeiro de 1990.

CONVITES RECEBIDOS

— **Teatro da Cornucópia**
Estreia da Peça «Céu de Papel»
27/9/89

— **Centro Português de Estudos Islâmicos (CPEI)**
Colóquio «Intifada e o Problema Palestiniano
29/9/89

— **USL-CGTPIN**
Sessão comemorativa do 19.º Aniversário
2/10/89

— **Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos (CURPI)**
Comemoração do 8.º Aniversário e Dia do Reformado
5/10/89

— **Centro Republicano da Ajuda**
Almoço confraternização do 79.º Aniversário da Implantação da República
5/10/89

— **Galeria Arte Capitel**
Exposição de Escultura de Armando Martinez — 7/10/89

— **Quadrado Azul**
Exposição de Arte Portuguesa Contemporânea
13/10/89

— **Comissão Instaladora da Associação Nacional de Sargentos**
Jornada de apresentação da Associação Nacional de Sargentos
14/10/89

— **União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes**
4.º Congresso Nacional de Deficientes
14-15/10/89

— **Cooperativa Árvore**
Exposição de desenhos «Salomé e João Batista»
26/10/89

— **Teatro Seiva Grupe**
Estreia da peça «Gota d'Agua» de Chico Buarque de Hollanda e Paulo Pontes
26/10/89

— **Câmara Municipal de Almada**
Exposição do escultor José Aurélio
26/10/89

— **Galeria de Arte Capitel**
Exposição de pintura de «Taraio»
28/10/89

— **Pioneiros de Portugal**
30.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Criança «O Amanhã e o Sonho de Hoje»
29/10/89

— **Conselho Português para a Paz e Cooperação**
Encontro/Debate no âmbito da Semana Mundial de Desarmamento das Nações Unidas
30/10/89

— **Movimento Democrático das Mulheres**
Debate sobre a «Situação em Timor Leste»
3/11/89

— **Câmara Municipal do Barreiro**
Exposição de João Luís
4/11/89

— **Comissão de Reformados de Sacavém**
Comemoração do 13.º Aniversário
6/11/89

— **Associação Amizade Portugal — R. P. de Angola**
Sessão Comemorativa do 14.º Aniversário da Independência da República Popular de Angola
9/11/89

— **Cooperativa Árvore**
II Exposição Nacional de Pequeno Formato
9/11/89

— **Embaixada da República Popular de Angola**
Recepção por motivo da Festa Nacional
10/11/89

— **Galeria Restauração**
Exposição de pintura de LUD
10/11/89

— **União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes**
Tomada de Posse dos elementos dos Orgãos Sociais
11/11/89

— **Vega Editora**
Lançamento dos livros «Fascismo no Quotidiano» de Victor de Sá e «Os Lusitanos e a Historiografia» de Carlos Consiglieri
14/11/89

— **Galeria São Francisco**
Exposição de Álvaro Perdigão
15/11/89

— **Comissão Organizadora das Festas da Associação de Reformados do Concelho do Seixal**
«Encontro de Poesia Popular»
18/11/89

— **Galeria de Arte Capital**
Exposição de pintura de João Mário
18/11/89

— **Cooperativa Árvore**
Exposição de 150 trabalhos de 100 artistas contemporâneos e modernos
23/11/89

— **MDM**
Exposição de pintura de Clementina Carneiro de Moura
23/11/89

— **Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear**
1.º Encontro Nacional sobre «Os Médicos Portugueses receitam: NÃO ÀS ARMAS NUCLEARES».
25-26/11/89

— **CURPIM — Comissão Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos de Moscavide**
Festa de Natal
9/12/89

RELATÓRIO ANUAL DA DIRECÇÃO — 1988 —

Nos termos da alínea i) do artigo 22 do nosso Regulamento Interno, vem a Direcção apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual da sua actividade e contas.

A. SEDE

Problema maior da A25A, não foi ainda possível encontrar o início da sua solução.

Após várias diligências, ultrapassados momentos optimistas, voltámos quase a o ponto zero.

Afirmavase, no relatório final do mandato de 1987, que as perspectivas eram boas. Acrescentava-se que, de concreto, se apontava para a cedência de um terreno por parte da CML. Cedência essa que, confiava-se pudesse funcionar como um forte estímulo para a activação da campanha de recolha de fundos.

Durante o ano de 1988, cuja actividade aqui analisamos, obtivemos a oferta da elaboração do projecto da futura sede, por parte do nosso associado Siza Vieira.

Acreditámos, então, que esse acontecimento se pudesse juntar à obtenção do terreno e funcionar também como um grande estímulo para a indispensável recolha de fundos. Esse optimismo justificava-se plenamente, pois logo após a oferta do prestigiado arquitecto, Siza Vieira viu o seu nome atirado para a ribalta da fama interna, através da obtenção de três dos mais prestigiados prémios internacionais e da sua escolha para a recuperação do malogrado Chiado.

Novas desilusões nos esperavam, entretanto.

Com efeito, para o actual Presidente da CML, cedência não é sinónimo de gratuitidade. E, quando nós estávamos convencidos de que iríamos receber gratuitamente o terreno, ainda que na modalidade de «direito de superfície», a CML pede-nos pelo mesmo a módica quantia de 18.000$00 o metro quadrado a construir, o que perfazia cerca de 40.000 a 50.000 contos.

Optimistas impenitentes, continuamos a acreditar que poderemos obter a sede a que consideramos os militares de Abril terem direito.

Tal objectivo só será possível, no entanto, se houver um forte empenhamento dos associados da A25A. Seja-nos permitido, aqui, destacar a acção que neste campo tem tido o nosso sócio Amadeu Garcia dos Santos. Empenhamento esse que não se tem verificado no geral e que, no que se refere à campanha de recolha de fundos lançada anteriormente, se manifesta num simples aumento nessa recolha, durante o ano que terminou, da quantia de 210.000$00.

Em anexo, junta-se uma informação discriminativa da actual situação da conta referente a essa campanha.

B. ACTIVIDADES

Visando ultrapassar os dois grandes condicionalismos que nos afectam (falta de instalações adequadas e necessidade de se comprimir despesas), a Direcção procurou formas de dinamizar a vida da Associação.

Acção que não obteve os resultados que esperávamos, nomeadamente devido a uma real e enorme desmotivação dos associados (fundamentalmente dos sócios) que, vindo já detrás, não conseguimos vencer apesar de campanhas de mobilização que desenvolvemos para cada uma das actividades organizadas.

1. COMEMORAÇÕES DO 14.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

a. Lisboa

— Emissão de medalha, autocolante e cartaz. sendo a medalha da autoria do apoiante José Santa-Bárbara e o cartaz e autocolante da autoria do sócio João Luis Pereira de Castro.
— Tradicional almoço-convívio, realizado nas instalações da SFUAP, na Cova da Piedade, em 30 de Abril, com a participação de 1500 pessoas (sócios, apoiantes e amigos da A25A).
Este almoço foi precedido por uma cerimónia de deposição de uma coroa de flores no Monumento aos Perseguidos pela ditadura, em Almada, e de actividades recreativas destinadas às crianças, nas imediações do local do almoço.
— Corridas da Liberdade.
— Integração na comissão organizadora das Comemorações Populares, em Lisboa.
— Lançamento do livro do sócio Pezarat Correia, «Centuriões ou Pretorianos?».

b. Norte

— Apoio à organização do jantar-convívio dos oficiais do QP, em Guimarães.
— Debate, na Cooperativa Árvore (Porto) subordinado ao tema «Que Forças Armadas? Centuriões ou Pretorianos, uma questão que interessa à Democracia».

c. Centro

— A Delegação do Centro da A25A fez incidir as comemorações em Aveiro, com um espectáculo popular; provas desportivas; artes plásticas com exposição de pintura sobre o 25 de Abril feita por jovens; teatro de fantoches; homenagem a Carlos Ary dos Santos, Adriano Correia de Oliveira, Joaquim Namorado e Zeca Afonso; romagem às campas de Mário Sacramento e Álvaro Seiça Neves; almoço-convívio com a presença de cerca de 300 pessoas; espectáculo musical; sessão solene na Câmara Municipal de Aveiro.
— A pró-Delegação da A25A no Entroncamento realizou um almoço-convívio nessa povoação, com a presença de cerca de 170 pessoas.
— O Núcleo de Viseu da A25A integrou-se na Comissão Organizadora das Comemorações do Concelho de Viseu, contribuindo para o planeamento, organização e execução de um vasto programa: projecção vídeo em écran gigante de gravação de música moderna, nacional e estrangeira, com passagem de pequenos extractos de registos dos acontecimentos do 25 de Abril de 1974; alvorada festiva, com actuação, pelas ruas da cidade de um grupo de bombos e lançamento de foguetes; prova de atletismo, com a participação de 80 atletas; animação infantil, com a realização de jogos e execução de trabalhos de desenho, pintura e modelagem; espectáculo de música popular portuguesa; jantar-convívio (encargo específico do Núcleo de Viseu) nas instalações da Escola Secundária Viriato, com a presença de cerca de 300 pessoas, a que se seguiu um programa cultural.

d. Évora

— A pró-Delegação da A25A em Évora realizou um jantar-convívio, nessa cidade, com a presença de 60 militares.

e. Algarve

— Em Faro, a A25A organizou as comemorações conjuntamente com a Câmara Municipal.
À margem desse programa, um Núcleo de Associados e Amigos da A25A organizou um almoço-convívio.
— Em Portimão, um Núcleo da A25A organizou um programa conjunto com a Câmara Municipal; colóquio subordinado ao tema «O 25 de Abril e a Democracia»; jantar-convívio.

f. Açores

A Comissão Dinamizadora da A25A em Ponta Delgada, em colaboração com organizações locais, promoveu as seguintes iniciativas: convívio no Sítava, na noite de 24/25 de Abril; festa na Escola Secundária Antero de Quental, em 25 de Abril, com a participação de um grupo folclórico; corrida de ciclismo.

g. Organizadas por outras entidades

A tradição mantevese e a A25A recebeu inúmeros convites dasmais diversas entidades (orgãos de soberania, autarquias, colectividades, comissões populares, sindicatos, comissões de trabalhadores, etc.) para se fazer representar nos actos comemorativos organizados por essas enti-

dades. A todos procurámos dar uma resposta positiva. No entanto, como é também já natural, as solicitações excederam bastante a nossa capacidade de resposta. Onde não nos foi possível estar presente, enviámos uma mensagem evocativa.

Considera-se de salientar o convite novamente recebido da Assembleia da República para estar presente na sessão solene evocativa do 25 de Abril. Mais uma vez, os militares de Abril aí presentes foram extraordinariamente bem recebidos.

Destacamos também a presença de um representante da A25A nas comemorações organizadas pelas Comunidades Portuguesas de Bruxelas e Amesterdão.

h. Diversos

Foram recebidas variadíssimas saudações dos mais diversificados organismos e entidades, nacionais e estrangeiros.

2. REPRESENTAÇÕES DIVERSAS

O prestígio que a A25A mantém, quer na sociedade portuguesa, quer junto de inúmeros países amigos, motivou grande número de solicitações para comparecer nas mais diversas actividades. A todos procurou a Direcção responder, através da presença directa ou de seus representantes e sempre que tal não foi possível, não deixou, no entanto, de agradecer o convite e de explicar as razões da não comparência.

3. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O abandono compulsivo das instalações do Forte do Bom Sucesso, criou-nos problemas graves no âmbito do Centro de Documentação (para além de muitos outros, como é evidente...)

Com efeito, como continuar a recolha e o tratamento dos documentos? Como fazer a divulgação da informação tratada? Como promover a publicação de investigações e proceder à reprodução desses documentos? Como transformar um estático e passivo arquivo num dinâmico e activo centro de prestação de informação tratada, se as actuais estruturas físicas o não permitem? E, mais grave, como impedir a deterioração progressiva dos documentos e, simultaneamente não privar os estudiosos investigadores de fontes relativas a um momento ímpar da História Portuguesa recente?

Perante estas questões e tentando encontrar soluções para as mesmas, a A25A acordou com o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra um Termo Aditivo ao Convénio de Mútua Colaboração que haviam assinado em 7 de Dezembro de 1984.

Por se considerar de grande importância, transcreve-se o texto da referida adenda:

«1. O acervo documental de arquivo da Associação 25 de Abril será entregue ao Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra que dele ficará depositário para efeitos de preservação e tratamento técnico de forma a pô-lo ao dispor da investigação científica.

2. A propriedade da documentação depositada no Centro de Documentação pertencerá à Associação 25 de Abril, mantendo esta o direito de, a qualquer momento, lhe dar o destino que entender mais conveniente.

3. A transferência da documentação efectuar-se-á em datas e das formas que ambas as partes vierem posteriormente a acordar.

4. A transferência constará de listas de inventário a elaborar pelo Centro de Documentação, assinadas por ambas as partes, e que formalizarão os sucessivos actos de depósito.

5. O Centro de Documentação 25 de Abril assegurará todas as tarefas de preservação, arrumação, inventariação e análise de toda a documentação depositada, elaborando os instrumentos bibliográficos e arquivísticos necessários à sua divulgação e colaboração à disposição da investigação científica.

6. O acesso à documentação referida no presente Termo Aditivo poderá ser estabelecido de acordo com as condições postas pela Associação 25 de Abril.»

Deste modo se salvaguardou por um lado a conservação e o tratamento da documentação e, por outro, os interesses da própria A25A.

De acordo com o convénio referido, procedeu a A25A à entrega de um primeiro lote de documentos em Maio de 1988, tendo decidido que procuraria fazer entregas periódicas, por alturas da passagem dos aniversários do 25 de Abril.

Também neste âmbito, infelizmente, se verifica a pouca participação dos associados na vida da A25A. Efectivamente, como dissemos no nosso Boletim n.º 11, «o CD/A25A só se tornará um lugar de estudo, investigação e debate sobre o 25 de Abril e a História recente de Portugal, se todos quisermos fazê-lo crescer». Terminávamos dizendo «Esperamos os vossos contactos». O facto é que a entrega de documentos tem sido muito diminuta.

Confiemos em que, também aqui, melhores dias se aproximem.

4. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Procurando ultrapassar, ainda que provisoriamente, a falta de instalações, a Direcção estabeleceu com o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa um protocolo de cooperação. Nesse protocolo, para além da admissão de cooperação mútua na área do intercâmbio cultural e de acordo com os respectivos estatutos, o Sindicato propõe-se ceder à A25A o seu espaço CESL, com vista à realização de actividades recreativo-culturais.

Lugar bastante espaçoso, muito bem situado, foi já aproveitado para a realização de várias actividades organizadas pela A25A.

5. DESPORTIVAS/RECREATIVAS

Na tentativa de proporcionar aos associados oportunidades para um estreitamento de relações entre eles, simultaneamente com o preenchimento de tempos livres, promoveram-se algumas actividades, para as quais houve que ultrapassar a questão da falta de espaços.

Para além do espaço CESL, atrás referido, pôde a A25A contar com outras cooperações que lhe permitiram a organização dessas actividades.

No entanto, infelizmente, os associados continuam a não corresponder ao esforço da Direcção. A sua presença, nas diferentes actividades, é quase nula e muitas vezes se conclui que era preferível não ter realizado essa actividade. Chega-se ao ponto, como acontece nos torneios de bridge, de haver mais participantes não associados do que membros da A25A.

(Continua na página seguinte)

Mesa da Assembleia Geral realizada em Março de 1988

(Continuação da página anterior)

a. Rally Paper

Realizado em 5 de Outubro, terminou com um piquenique na Quinta da Sub-Serra em Alhandra, para o efeito cedida pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. O Rally apenas teve a participação de 15 concorrentes e no piquenique não estiveram mais de 60 pessoas.

b. Passeio de falua

Apoiado pela Câmara Municipal do Seixal, realizou-se em 16 de Outubro, no rio Tejo e teve a participação de cerca de 50 pessoas. Para além do passeio, verificou-se uma visita guiada,em autocarro também cedido pela CM Seixal, a vários pontos importantes do Concelho.

d. Corrida do Tejo e outras

A A25A tem participado em algumas provas representada por associados que desejando praticar esta modalidade desportiva aceitam fazê-lo em nossa representação.

e. Bridge

Face à existência de muitos associados que praticam o bridge, na modalidade de partida livre, considerou a Direcção que deveria organizar torneios para lhes permitir a entrada no bridge de competição.

Como é evidente, ao mesmo tempo, proporcionar-se-ia mais uma oportunidade de convívio entre os nossos associados.

Se, antes da realização dos torneios, nos dissessem que a participação de associados seria diminuta... não acreditaríamos. Mais uma vez, estávamos enganados. De facto, realizados que foram dois torneios, os associados distinguiram-se por uma quase total ausência. E os torneios só não se transformaram em dois rotundos fracassos porque se fez uma propaganda e um «recrutamento» de véspera, entre praticantes de bridge de competição, de que resultou a participação de alguns pares. Também, neste ponto, a Direcção espera pelo próximo torneio para tomar decisões quanto ao futuro. Será que estamos enganados e não existem associados que queiram praticar bridge de competição? Pois, se os nossos torneios até são organizados para permitir a iniciação nessa modalidade desportiva!

6. CULTURAIS

De acordo com a natureza cultural e cívica da A25A, a Direcção tem tido a preocupação dominante de organizar algumas actividades de âmbito cultural e que se enquadrem nos fins da nossa Associação.

Também aqui, a presença dos associados se distingue por uma «não presença».

a. As operações de manutenção de Paz das Nações Unidas

No âmbito das comemorações da Semana Internacional do Desarmamento organizou-se uma sessão subordinada ao tema «As operações de manutenção de Paz das Nações Unidas».

A A25A teve a colaboração do Centro de Informação da Nações Unidas em Portugal, tendo sido esta a primeira das iniciativas realizadas no espaço CESL, no âmbito do protocolo já referido.

Mais uma vez, tivemos o prazer de verificar a aceitação que a A25A tem nas mais diversas áreas. Só assim se justifica a presença de várias personalidades, de que destacamos diversos representantes de países amigos. Mas, também mais uma vez, a presença de associados foi diminuta.

b. As Lutas actuais pela qualidade de vida

Organizado no espaço CESL, com a colaboração da Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, o colóquio subordinado a um tema que consideramos bastante actual teve um número razoável de participantes e decorreu de forma bastante animada e interessante.

Só foi pena que mais uma vez, os associados que compareceram fossem tão poucos.

7. VIDA ASSOCIATIVA

a. Subsídios

Como havia sido referido no Relatório da Direcção anterior, foi solicitado ao Ministério da Defesa Nacional um subsídio de 500 contos para ajuda da feitura do Boletim. Face à demora de uma resposta, solicitámos uma audiência ao próprio Ministro da DN, para expormos o assunto.

Foi-nos respondido que «... não se considera possível dar satisfação à mesma, uma vez que os subsídios concedidos pelo MDN se destinam a entidades que no âmbito das FA se propõem objectivos de natureza cultural e social, não tendo qualquer componente de carácter político, facto este que, obviamente, não se enquadra na acção desenvolvida, pública e notoriamente, por essa Associação».

Parece-nos desnecessário fazer comentários.

b. Boletim

Considera a Direcção, como aliás sempre foi feito no passado, ser o Boletim a forma privilegiada de contacto com os associados, em particular com aqueles que residindo fora da área de Lisboa têm extrema dificuldade em participar noutras actividades da vida associativa.

Foi assim retomada a publicação regular do Boletim, tendo sido publicados 4 números no decorrer de 1988, de acordo com a decisão de lhe dar a periodicidade trimestral, compromisso entre os custos a ela inerentes e o desejo de um contacto mais frequente com os associados de A25A.

Num esforço de melhoria de apresentação do Boletim, foi feita uma prospecção entre diversas firmas do ramo, tendo sido escolhida uma solução que veio garantir um melhor aspecto gráfico final, associado a uma elaboração simplificada do Boletim por recurso da tipografia a métodos informáticos, ao mesmo tempo que se conseguiu uma redução substancial dos custos.

Foi igualmente feito um esforço em ampliar a sua difusão por entidades em relação às quais há vantagem em difundir as actividades da A25A, o que levou a aumentar a tiragem para 5.000 exemplares.

c. Informatização

Está já em curso o processo de informatização dos serviços.

d. Gabinete de Apoio

O Gabinete de Apoio funcionou até 7 de Dezembro de 1988, altura em que o colaborador que o mantinha apresentou a sua demissão.

Experiência não conseguida, não deixa no entanto de nos proporcionar alguns ensinamentos. Com efeito, apesar da importância dos serviços que foram postos à disposição dos associados, poucas foram as solicitações recebidas. Daí que, apesar de o considerar bastante útil, a Direcção não tenha procurado reanimá-lo.

e. Delegações

Para além das actividades comemorativas do 14.º Aniversário do 25 de Abril, as Delegações não desenvolveram quaisquer outras actividades.

Apenas a Comissão Dinamizadora da A25A de Ponta Delgada organizou uma sessão de homenagem a Zeca Afonso.

Também esta ausência de actividades é sinal inequívoco das dificuldades que a A25A vem atravessando. Com efeito, quer as Delegações, quer as Comissões Dinamizadoras têm-nos dado conhecimento de enormes dificuldades para organizar quaisquer actividades.

8. ACTIVIDADES NÃO REALIZADAS

Contrariamente aos nossos desejos, não foi possível organizar os primeiros encontros da Associação 25 de Abril (já previstos pelo mandato anterior e igualmente não realizados).

Era intenção da Direcção promover durante o ano de 88 a realização de um debate a nível nacional subordinado ao tema «A Juventude e as Forças Armadas».

Não foi possível, no entanto, criar condições para essa realização a nível nacional, ainda que o tema fosse bastante importante e actual.

C. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

a. Sócios efectivos

Durante o mandato desta Direcção faleceram 10 sócios (Manuel da Encarnação Pargana, António Manuel dos Santos Lança, Guilherme Pereira Ramos, Raul Nunes

Valentim, Luis dos Santos Pinto, Rui Dionísio Paredes Valério, Arlindo José Dias Ferreira, Francisco Ferreira S. de Morais Pimentel, José Augusto Fernandes do Vale e Manuel Silvestre Carvalho) e pediram a exoneração 10.

Neste momento a A25A conta com 2036 sócios efectivos (eram 2045 em 1988), dos quais 353 estão com direitos suspensos e 11 vão ser propostos para ratificação à Assembleia Geral. A A25A conta ainda com 2 sócios de honra e 53 sócios que já faleceram (24 dos quais considerados sócios a título póstumo).

b. Apoiantes

Durante o mesmo período faleceram 9 apoiantes (Lirio Moreira Rodrigues, Fernando Osório Pinto de Sampaio e Castro, Eduardo Veloso, José dos Santos, Carlos Alberto Fernandes Franco, João Manuel Navarro Hogan, Carlos Alberto dos Santos Silva Beato, Eulálio da Fonseca e Jorge Manuel de Castro G. F. Formigal) e verificou-se a exoneração de 4 a seu pedido. Neste momento a A25A conta com 2263 apoiantes (eram 2201 em 1988), 75 dos quais irão ser propostos à ratificação da Assembleia Geral. A A25A conta ainda com 18 apoiantes que já faleceram.

c. Situação disciplinar

Como referimos atrás encontra-se com os direitos suspensos 353 sócios efectivos.

A Direcção anterior decidiu aplicar esta sanção aos sócios que não pagam quotas desde Janeiro de 1986 inclusivé. Com a particularidade de muitos deles nunca terem pago qualquer quota.

Era intenção desta Direcção accionar o mecanismo necessário para propor à Assembleia Geral a aplicação da pena da «perda da categoria de sócio». Tendo decidido não o fazer antes das Comemorações do 15.º Aniversário do 25 de Abril, esse mecanismo será accionado depois desse evento.

Quanto aos apoiantes, ainda que estatutariamente os mesmo não sejam obrigados a pagar quotas, consideramos que passa a ser seu dever o referido pagamento quando assumem esse compromisso na proposta para associado. No entanto, a Direcção não quis tomar qualquer atitude sobre os apoiantes com quotas em atraso, mesmo para aqueles que nunca pagaram qualquer quota.

É um assunto que continua em discussão.

D. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em anexo, junta-se uma informação sobre este assunto.

Como já é da praxe mais uma vez se destaca o grande atraso no pagamento das quotas, por parte de muitos associados. Verificase mesmo que, para além dos que não vinham pagando continuarem na sua maioria a não pagar, muitos outros começaram a imitá-los. O que fez com que a quantia de créditos a haver, no que se refere a quotas em atraso, aumentasse assustadoramente: de 3.113.350$00 para 5.397.700$00 (e apenas se contabiliza a dívida dos sócios efectivos...).

Almoço-convívio na SFUAP

A situação existente agravou-se de forma alarmante. É mesmo insustentável e, a manter-se, porá em risco a própria sobrevivência da A25A.

Com efeito, as actuais receitas da associação (unicamente provenientes das quotizações dos associados) não cobrem as despesas correntes. É um facto que, se todos os associados pagassem as respectivas quotas, haveria verbas para a vida normal da A25A. Mas é um facto incontroverso também que nem todos os associados satisfazem os seus compromissos com a associação,antes pelo contrário, e os que cumprem não chegam para as necessidades.

O problema tem sido resolvido através de empréstimos feitos pela conta de «Fundos pró-sede», que são resgatados quando se recebem as quotizações mais vultosas, nos princípios do ano e do 2.º semestre.

Esta situação não poderá, no entanto, continuar, pois ela vem a piorar constantemente.

A solução poderá estar, ou no conseguir que os associados paguem as suas quotas (duma maneira geral) ou num aumento de quotas dos que continuam a cumprir.

Quanto a esta hipótese, única que parece estar ao nosso alcance, a Direcção, mesmo que pense ser inevitável, não a propõe ainda. Admitindo, no entanto, que a situação não melhore, é de presumir a necessidade da convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária, para o efeito. Aguardemos.

E. ACTIVIDADES FUTURAS

Apesar de tudo o que atrás dissemos, a Direcção teima em ser optimista e programou uma série de actividades, para as quais tentará atrair a atenção e a participação dos associados.

a. Comemorações do 15.º Aniversário do 25 de Abril

Programa extenso que tentámos digno do 15.º Aniversário, da gesta que está na origem da existência da nossa A25A.

Dele destacamos sessões culturais, diversas provas desportivas, exposições variadas, emissão de medalha e cartazes, espectáculos, nomeadamente o que reune artistas de todos os Países de Língua Oficial Portuguesa e de Timor, almoço-convívio, etc.

De referir também as manifestações populares que estão a ser organizadas por uma Comissão que integra a A25A.

b. Diversos

Actividades de âmbito desportivo e recreativo, de que destacamos torneios de bridge, de pesca desportiva, de futebol de salão e ainda passeios de falua no Tejo, comemorações dos Santos Populares, etc.

F. CONCLUSÕES

Pela primeira vez, uma Direcção apresenta um Relatório Anual que não coincide com o final do seu mandato. Pelo contrário, este encontra-se precisamente a meio. Para além desse pormenor, que outras diferenças substanciais se poderão encontrar entre a actual situação e as que se verificaram, quando as diferentes Direcções que nos antecederam apresentaram o seu Relatório Final? Bom, se diferenças existem elas consubstanciam-se num agravamento dos aspectos negativos que se verificaram anteriormente.

Com efeito, passado um ano sobre as últimas conclusões negativas, que poderemos constatar?

Afirma-se, então, que a «desmobilização aumentou, as condições internas da A25A não melhoraram, as condições externas que a envolvem também não são mais favoráveis, antes pelo contrário, e as perspectivas não são nada animadoras.»

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Adiantava-se que «em termos de Sede pouco ou nada se avançou de concreto» ainda que se afirmasse que «as perspectivas, quanto à obtenção do terreno, são boas.»

Falavase na participação francamente diminuta dos associados, nas poucas iniciativas levadas a efeito.

Referia-se a quase nula capacidade de organização da A25A, no referente a actividades associativas.

Terminava-se, afirmando que, apesar «dos tempos se apresentarem difíceis para quem continua a assumir-se como d e Abril e a defender os seus ideais», se continuava a acreditar no futuro da A25A e no seu papel na construção de um Portugal melhor.

Admitia-se que a solução pudesse passar pela alteração dos estatutos e regulamento interno, mas não se duvidava da imprescindibilidade da participação activa dos associados.

Era essa a esperança.

Perante o presente relatório, será lícito manter essa esperança, ou, pelo contrário, deveremos encarar a realidade nua e crua e concluir que é tempo de desistir?

Durante este ano, como acção positiva apenas a capacidade demonstrada pela Direcção na organização de uma série de actividades diversas, ainda que aquém das que gostaríamos de ter efectuado.

Em contrapartida, no entanto, a juntar ao desmoronamento das perspectivas de conseguirmos um terreno para a construção da Sede, a desmobilização dos associados aumentou. Apesar de a Direcção ter diversificado a natureza das actividades organizadas e de ter investido numa «propaganda» directa e indirecta dessas mesmas actividades, junto dos associados.

Temos de confessar, não saber que mais fazer para chamar os associados às nossas actividades.

Por outro lado, essa desmobilização acentua-se no referente ao cumprimento do pagamento das quotas, por parte dos associados.

Vai a próxima Assembleia Geral discutir um projecto de alteração dos estatutos e regulamento interno. O seu conteúdo poderá ser polémico. Poderemos estar a abrir a porta à descaracterização das Associação 25 de Abril.

É um facto. Mas podermos, igualmente, estar perante a única saída possível para preservar essa mesma Associação 25 de Abril. Saibamos discutir e tomar decisões, sem correr o risco de provocar razões ou meras justificações para divisões, novos alheamentos, novos afastamentos. A Associação 25 de Abril continuará a ser aquilo que os seus associados, nomeadamente os seus Sócios, decidirem que ela seja.

Por nós, continuamos a considerar que a sua acção não se esgotou e que a sua existência e continuação se justifica.

No entanto, isso só se justificará se à grande aceitação e ao grande prestígio que a A25A granjeou junto do povo português, junto das forças políticas e sociais (mesmo junto das que não gostam de nós, nem do 25 de Abril) e nomeadamente junto da generalidade dos países amigos, como ainda agora se comprovou na organização do espectáculo da solidariedade Lusófona, respondermos com uma Associação viva e actuante.

Caso contrário, e é com enorme tristeza que o afirmamos, teremos de encarar de frente a hipótese de dissolução. Com tristeza, mas com coragem.

Isso depende, fundamentalmente, dos associados.

Linda-a-Velha, 14 de Março de 1989

O Presidente

VASCO CORREIA LOURENÇO

PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À GESTÃO REALIZADA PELA DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL, DURANTE O ANO DE 1988

No desempenho das funções previstas nos estatutos da Associação 25 de Abril, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da nossa Associação.

O Conselho acompanhou o desenvolvimento da actividade da Associação no decurso do exercício de 1988.

No final do exercício, este Conselho analisou os documentos de prestação de contas apresentado pela Direcção e procedeu às verificações que achou convenientes.

Tudo devidamente ponderado, somos do parecer que:

— Sejam aprovados o Balanço, Demonstração de Resultados Líquidos e Anexos ao Balanço;
— o resultado Líquido positivo de 4.329.143$00, transite para o exercício de 1989;
— seja aprovado um voto de louvor à Direção, tendo em consideração a eficiência e entusiasmo postos na actividade da Associação, durante o período em análise.

Lisboa, 10 de Março de 1989

O Conselho Fiscal

AMADEU GARCIA DOS SANTOS
JOSÉ ALBERTO NUNES DA CRUZ
EUGÉNIO ÓSCAR FILIPE DE OLIVEIRA

OFERTAS DE LIVROS À A25A

— **Relatório de Actividades (1986-1989)**
Oferta da CGTP-IN
— **Plataforma para a Acção Sindical (1989/1992)**
Oferta da CGTP-IN
— **O Papalagui**
Oferta de Aveliz
— **Dispersos, Agostinho da Silva**
Oferta de Aveliz

LIVROS

FASCISMO NO QUOTIDIANO

De Victor de Sá

Como recordou o Prof. Victor de Sá durante a cerimónia de lançamento do seu pequeno livro «Fascismo no quotidiano», um facto, por mais real e verdadeiro que tenha sido, não terá qualquer existência na história, se não for passado à posteridade sob a forma de um qualquer documento pelas pessoas que dele foram testemunhas.

Já não se trata do conhecido aforismo que a história é feita pelos historiadores, mas sim que estes só a podem fazer se dispuserem dos testemunhos do passado.

Em parte para responder a essa necessidade, em parte para resolver o problema muito concreto de explicar a estudantes liceais o que foi o 28 de Maio, decidiu Victor de Sá dar a conhecer de uma forma sucinta a sua experiência de livreiro perseguido pelo regime fascista pela única circunstância de vender livros. Daí em diante é o crescendo da engrenagem repressiva, que o leva ao exílio e que só o 25 de Abril lhe permite vir a exercer em Portugal a sua profissão de historiador.

Não pretendemos fazer qualquer crítica literária ou histórica ao trabalho do Prof. Victor de Sá. Queremos somente alertar os nossos leitores para a existência desta verdadeira cartilha de uma travessia do fascismo.

(Continuação da página 12)

DOCUMENTO N.º 3

Na 4.ª Conversa de Hardtberg realizada no dia 21/03/1987 no Novotel, Bonn-Hardtberg, os membros do Círculo de Trabalho «Darmstädter Signal» decidiram o seguinte:

Apelo de Hardtberg

«Eu repudio o primeiro emprego de armas atómicas.

A ordem militar que leva a que eu directa ou indirectamente contribua para que se iniciem acções de combate com armas atómicas traz-me problemas de consciência.

Eu apelo à sociedade e aos seus representantes para que criem os pressupostos para que eu possa, sem problemas de consciência, comprometer-me a 'servir fielmente a República Federal da Alemanha e a defender corajosamente o Direito e a Liberdade do povo alemão'.»

Bona, aos 21 de Março de 1987

VAMOS APRENDER BRIDGE! (7)

Para concluirmos a análise que fizemos, no decurso dos últimos artigos, sobre o importante capítulo que trata das respostas às aberturas em 1 em naipe, resta-nos abordar as respostas em «Sem-Trunfo», assunto que hoje nos propomos levar a cabo.

I — RESPOSTAS ÀS ABERTURAS EM «1 EM NAIPE»

1.3 — RESPOSTAS EM «SEM-TRUNFO»

As vozes de «Sem-Trunfo» utilizadas pelo parceiro do abridor são limitativas do valor da mão e não são «forcing», isto é, não obrigam a que o abridor não possa passar.

Este é um conceito que considero importante e que, não raras vezes, quando inadequadamente utilizado, causa os maiores «desencontros» nas marcações das mãos.

1.3.1 — RESPOSTAS EM «1 SEM-TRUNFO»

É uma voz artificial que indica ao parceiro a existência duma mão com a força de *5 a 10 Pontos de Honra* (PH), não o obrigando a manter o leilão aberto. (Conceito de voz não «forcing» para uma «volta» do leilão).

A voz de «Sem-Trunfo» sobre a abertura de 1 ♣ ou de 1 ♦ transmite ao parceiro, para além da força em PH, a *inexistência de 4 cartas em ♥ ou em ♠*.

Quando utilizada em resposta à abertura de 1 ♥ nega a existência de 4 cartas de ♠.

Aconselho a que retenha e pratique sem atropelos estas regras da marcação, as quais, infelizmente, vejo maltratar por jogadores com algumas pretensões mas, muitas vezes, não mais do que isso!

Negar a existência de 4 cartas em naipe rico, em favor da voz de «Sem-Trunfo», é a forma mais segura de «passar ao largo» dum possível «fit» em ♥ ou ♠ que poderia ser a melhor solução para o problema que as cartas, em poder dos dois parceiros, constituem.

Por tudo o que foi dito é óbvio que nada poderá justificar as falsas negações dos naipes ricos de quatro cartas, excepto as fortes razões decorrentes da doença mental conhecida, nos meios científicos, como «Teimosius congenitus»!

Exemplos:

Sobre a abertura do 1 ♣ com a «mão»:

♠ R10
♥ V732
♦ D84
♣ 9753

Responda 1 ♥
Mas se tiver:

♠ R102
♥ V73
♦ D84
♣ 9753

Então anuncie 1 ST.
Sobre a abertura de 1 ♠, se tiver:

♠ 73
♥ DV1052
♦ A86
♣ 1097

Anuncie 1 ST. Apesar de ter 5 cartas de ♥ não as pode anunciar, pois para o fazer teria que falar ao nível 2 (2 sobre 1), o que os 7 PH proíbem!

A resposta de 1 ST sobre a abertura de 1 ♣ indica uma mão regular, com pelo menos 4 cartas de paus, e uma força de 8 a 10 PH.

1,3,2 — RESPOSTAS EM «2 SEM-TRUNFO»

Este tipo de voz indica uma «mão» regular com *11 ou 12 PH*. Naturalmente que se feita sobre a abertura de 1 ♣ ou de 1 ♦ dá conta da ausência de naipes ricos de 4 cartas, como quando utilizada após a abertura de 1 ♥, nega a existência de 4 cartas em ♠.

Mais impensável será utilizar a voz de 2 ST se a mão possuir um naipe rico de 5 ou mais cartas!.

Se negar a existência de naipes ricos de 4 cartas é crime, usar do mesmo procedimento relativamente a naipes ricos de 5 cartas é traição.

A insistência e a semântica algo violenta que temos utilizado, têm apenas um objectivo: — Procurar sensibilizar os nossos leitores para uma prática correcta que, cremos, bons dividendos vos trará. Este jogo está muito mais subordinado ao cumprimento de regras básicas do que ao recurso das faculdades dos espíritos anarquicamente intuitivos.

Exemplos:

Se o parceiro abrir em 1 ♦, com a mão:

♠ V105
♥ A53
♦ D84
♣ RV32

Responda 2 ST.
Mas com a mão:

♠ V1052
♥ A53
♦ D84
♣ RV3

Não negue a existência de 4 cartas de ♠ e anuncie 1 ♠. O desenvolvimento de leilão permitir-lhe-á transmitir ao parceiro a existência de 11 PH.

1.3.3 — RESPOSTAS EM «3 SEM-TRUNFO»

É uma voz que transmite a existência duma mão regular com a força de 13 a 15 PH.

Obviamente que todas as considerações, sobre naipes ricos de 4 ou mais cartas, que fizemos sobre as respostas em 2 ST, são válidas para esta resposta em 3 ST.

Exemplo:

Se o seu parceiro tiver aberto em 1 ♠ e a sua mão for:

♠ R7
♥ V842
♦ AD73
♣ RV5

Salte para 3 ST, pois tem uma mão regular com 14 PH.

Se o seu parceiro abriu em 1 ♦ ou 1 ♣, com a mesma mão, responda calmamente 1 ♥, visto possuir 4 cartas, nesse naipe e mais de 5 PH.

Posteriormente poderá anunciar a força real da mão, pois o leilão não vai morrer, dado a voz de 1 ♥ ser «forcing».

O «salto» para 3 ST não deve, *nunca*, ser entendido como voz de «fecho» do leilão, mas tão somente como um anúncio específico, relativamente ao tipo e força de mão que se possui.

Será, naturalmente, o abridor quem deverá decidir se o seu jogo justifica, ou não, ultrapassar a nível que foi atingido. É a ele a quem estará cometido o poder da condução do leilão, o qual exerce mesmo ao proferir a palavra: — «PASSO».

Até ao próximo número

LUÍS GALVÃO

DOCUMENTOS

O Círculo de Trabalho «Darmstädter Signal»

É recente a decisão da Assembleia da República de conceder aos profissionais da PSP o direito de se associarem, embora com enormes limitações no exercício desse direito constitucional.

Também só recentemente foi desbloqueada a publicação dos estatutos do sindicato dos trabalhadores civis dos estabelecimentos fabris militares, estatutos que foram mantidos por forma arbitrária durante anos numa gaveta, por imposição de alguém que deve considerar tudo o que de perto ou de longe se relacione com sindicatos como muito subversivo.

Estes exemplos são sintomáticos. Há ainda no Portugal democrático quem não saiba conviver com uma das formas mais nobres do exercício da democracia, o direito de associação.

E se existem dificuldades de associação para os polícias, para os bombeiros, para os civis que trabalham para as Forças Armadas, que dizer em relação aos próprios militares.

Porque consideramos importante dar a conhecer aos nossos leitores três documentos que recebemos, relativos a tomadas de posição de militares do Exército Federal Alemão, transcrevemos em seguida um manifesto e dois apelos feitos em 1983 e em 1987 pelo que é actualmente conhecido como Círculo de Trabalho «Darmstädter Signal». Atitudes públicas deste tipo, que na Alemanha Federal chegam a ser encorajadas por um ex-responsável pela pasta da Defesa, seriam muito mal vistas pelos actuais responsáveis pelas Forças Armadas Portuguesas.

DOCUMENTO N.º 1

Reforçado pelo discurso do ex-Ministro Federal da Defesa por ocasião da sua visita à Escola de Oficiais do Exército, no dia 10 de Junho de 1983, constitui para o Círculo de Trabalho «Darmstädter Signal» precisamente um dever continuar a trabalhar de forma tão intensa como até agora.

O Dr. Manfred Wörner disse entre outras coisas:

«Liberdade interior e coragem civil são, para os oficiais, qualidades necessárias para poderem desempenhar de forma responsável a sua função no campo de manobras resultante da táctica de missão. São, simultaneamente, pólos opostos necessários no âmbito dos riscos resultantes da grande organização severamente ordenada hierarquicamente: uniformidade de conceitos de valor e de opiniões, obediência incondicional. Nós não queremos nenhuns «burocratas» que a qualquer momento se adaptam flexivelmente a qualquer situação e só pensam na sua carreira.

«Têm o direito moral, até mesmo o dever, de exprimirem opiniões divergentes, sempre que no sentido do todo ou de um conceito de valor mais elevado, tal apareça como necessário.»

DOCUMENTO N.º 2

Com o «Darmstädter Signal» dirigiram-se, em Setembro de 1983, soldados a prazo («soldados readmitidos») e de carreira e funcionários e funcionárias do Exército Federal, à opinião pública, para expressar o seu NÃO contra o estacionamento de novos mísseis atómicos no nosso país. A partir desta primeira acção formou-se o CÍRCULO DE TRABALHO «DARMSTÄDTER SIGNAL». Dele fazem parte mais de 200 soldados e funcionários/as do Exército Federal que erguem as suas vozes contra a corrida aos armamentos no mundo e defendem uma compreensão de parceria no que diz respeito à política de segurança.

SIGNAL

A corrida aos armamentos dos blocos de poder é prosseguida apesar dos acordos de desarmamento alcançados, continuando assim a pôr em perigo a existência da Humanidade, retirando às gerações vindouras a base de vida.

Matérias primas, meios financeiros e capacidades intelectuais são esbanjados para fins militares. A destruição do meio-ambiente e injustiças sociais aumentam em todo o mundo. Mais de 150 guerras no chamado Terceiro Mundo, o perigo crescente de que tais guerras se estendam à Europa e a possibilidade de uma guerra atómica «por lapso» impõem uma viragem. Nós *podemos* e *temos* de a *iniciar*.

Nós soldados e funcionários/as reunidos no Círculo de Trabalho «Darmstädter Signal» exigimos:

1. *A renúncia à ideologia da dissuasão.*
2. *Uma política de desanuviamento e do equilíbrio de interesses.* Opomo-nos a uma política da força e da aspiração à hegemonia.
3. A concretização da «solução duplo zero» exigida por nós desde o início e a *destruição de todos os meios atómicos de extermínio na Europa.* Um recente rearmamento no domínio convencional não deverá, de modo nenhum, iniciar uma nova volta na corrida aos armamentos.
   Recusamos a passagem de ogivas atómicas para ogivas convencionais nos meios de suporte já existentes.
4. *Uma realização consequente da missão expressamente defensiva do Exército Federal.*
   Nós rejeitamos todas as considerações de estratégia sobre uma extensão do campo de combate ao interior do espaço adversário e de planeamento de guerras passíveis de serem ganhas, locais e globais. Os países da NATO e do Tratado de Varsóvia têm de, no sentido de uma *parceria de segurança*, considerar reciprocamente os seus interesses.
5. *A retirada imediata de todos os meios de combate químicos da Europa e a sua destruição a nível mundial.*
   A criação de zonas livres de armas atómicas, biológicas e químicas na Europa é um passo importante para a abolição global de todos os meios de extermínio de massa.
6. *A proscrição de todos os programas de armamento no espaço.*
7. *O fim das exportações de armamento* e das ajudas militares para os países do chamado Terceiro Mundo.
8. *A democratização do Exército Federal.*
   Uma concretização sem compromisso dos objectivos do Comando Interno; um comando de pessoas que promova a personalidade do indivíduo.
   A concretização da imagem base do «cidadão em uniforme».
   Por este motivo manifestamo-nos contra todas as restrições no uso do direito existente de participação ao nível político. Os soldados têm de ser encorajados na nossa ordem fundamental democrática livre a participarem activamente na vida política.

Sentimo-nos especialmente atingidos e responsáveis. Entendemo-nos como iniciativa de paz e solidarizamo-nos com todos os grupos de paz que defendem a paz e menos armas no ocidente e no leste.

Por este motivo procuramos o diálogo para além das fronteiras, especialmente com os soldados da Organização do Tratado de Varsóvia. Efectuamos estas conversas com o objectivo de nos entendermos em *conjunto* sobre conceitos de segurança e de *destruir imagens de inimigo.*

Nós opomonos à impressão de que existe unidade no Exército Federal em questões de política de paz e segurança — nós somos o cimo do «iceberg».

Pelo Círculo de Trabalho «DARMSTÄDTER SIGNAL»:

Michael Rieger	Tenente
Carl-Alfred Fechner	Capitão na reserva
Rolf Schlösser	Primeiro-Sargento
Franz Meyer	Major
Harald Fuchs	Primeiro-Tenente
Rüdiger Funk	Capitão na reserva
Jörg Illig	Tenente
Manfred Wagner	Capitão na reserva
Andreas Bätz	Tenente
Udo Dzingel	Sargento
Harald Ullrich	Tenente
Volker Thomas	Major

(Continua na página 10)